

SESSÕES DO PLENÁRIO

34ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de abril de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45 horas, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes (50)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, subo a esta tribuna, na véspera de uma data muito importante, que é justamente o 1º de Maio. Em 1º de maio de 1886, os trabalhadores fizeram a greve em Chicago, a qual foi duramente reprimida pelo poder estabelecido. Várias fábricas haviam sido paradas e isso gerou uma reação da classe trabalhadora que transformou esse dia em um símbolo de resistência.

No Brasil, o Dia do Trabalhador ficou reconhecido depois da greve de 1925, assim como em mais de 80 países do mundo. E, mais do que nunca, nós precisamos desse dia com o povo na rua. Hoje nós temos uma situação em que o grande capital tenta retirar todos os direitos da classe trabalhadora. Isso acontece duramente no nosso país. Existe uma naturalização da ideia de que o trabalhador não deve ter mais qualquer direito.

A reforma constitucional, que praticamente aniquilou a nossa CLT, é uma demonstração muito evidente disso. Sob o argumento de que é preciso rebaixar o custo do país – entendido, obviamente, à luz do capital –, para que possa ser um país viável para competir no mercado internacional, há a redução da remuneração da classe trabalhadora e o trabalhador é colocado em uma situação híbrida entre o trabalho assalariado e o trabalho escravo. Parte disso vem se revelando, nesse momento, por exemplo, na tentativa de retirada das chamadas competências da Justiça do Trabalho.

Inclusive, nós pretendemos fazer uma audiência pública nesta Casa para discutir esse tema fundamental. Ele já foi, no final de fevereiro, motivo de atos por todo o Brasil porque, inclusive, o STF tomou uma posição de fazer um julgamento em relação a causas trabalhistas, praticamente aniquilando a posição da Justiça especializada, que é a Justiça do Trabalho.

Nós sabemos, deputado Jurailton, o que é a Justiça no nosso país. Há duas formas de se negar direito: matando o direito na Constituição, com as chamadas reformas que foram feitas, mas também tornando a efetividade desses direitos algo inviável. É isso que se quer com a retirada das competências da Justiça do Trabalho, porque a Justiça do Trabalho reconhece que existe o hipossuficiente, existem aqueles que tendem a ter uma situação maior de força, que é o lado do capital, existe o lado do trabalhador que precisa ser preservado como a parte mais frágil desse processo.

O que acontece é que ao se retirar as causas trabalhistas de uma Justiça especializada, a qual tem a condição de analisá-las, transformando-as em causas da Justiça comum, essas causas vão se transformar em causas de décadas sem resolução.

Se nós temos dificuldade com a Justiça especializada hoje, nós não vamos ter efetividade nenhuma do direito à Justiça caso nós tenhamos a definição de que as questões trabalhistas vão ser tratadas na Justiça comum, na Justiça Estadual ou na Justiça Federal.

Então, nós estamos passando por um momento muito grave. Momento em que a classe trabalhadora tem de fazer o que tem feito hoje as nossas universidades federais que estão em processo de paralisação em defesa do direito dos trabalhadores. A educação do estado da Bahia também está em processo de paralisação em defesa do direito dos trabalhadores. Nós precisamos da classe trabalhadora nas ruas. Nós não podemos confiar em acordos por cima e tentativas de fazer regulamentação a exemplo da situação dos trabalhadores de Uber, os trabalhadores de aplicativo, que podem entrar numa situação de perda, ao nosso ver profunda. Se essa posição atual do governo federal vier a ser aprovada...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pelo Congresso Nacional, vai ser uma retirada de direitos extremamente violenta da classe trabalhadora, dessa classe trabalhadora que já é tão precarizada e que tem esperança de que a sua condição de trabalhador, de alguém que trabalha para uma grande empresa, seja reconhecida.

Isso vai acontecer se as questões, por exemplo, desses trabalhadores por aplicativo, ou os terceirizados, ou os pedagogados não forem tratados por uma Justiça especializada. Se tivermos um PL aprovado, como se quer no Congresso Nacional, em que a remuneração dos trabalhadores por aplicativo vai ser uma remuneração mínima, nós teremos uma derrota de uma parte da classe trabalhadora que é muito expressiva do nosso país. Então, Sr. Presidente, o dia de amanhã tem de ser um momento de reflexão e de luta nas ruas.

Eu estarei nas ruas amanhã. Nós temos programação no centro da cidade, no Farol da Barra. Todos aqueles que querem acompanhar e estar na rua para dizer não à escravidão da classe trabalhadora venham também se mobilizar contra as perdas das conquistas e por novos direitos para a classe trabalhadora.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas, Sr. Presidente, imprensa e servidores.

Nessa última semana, eu confesso que fui surpreendido porque eu pensava, senhoras e senhores, que ladrão ou bandido era aquele que participava, por exemplo, de esquemas como mensalão ou petrolão, entre outros tantos esquemas, infelizmente, já conhecidos em nosso país, que resultou ou resulta na somatória de todos eles num esquemão, sem sombra de dúvidas, da maior corrupção já conhecida no planeta. Isso, sim, é ser ladrão, é ser bandido. Isso me surpreendeu e eu faço questão de ressaltar que continuarei defendendo a liberdade de expressão, inclusive a liberdade de imprensa, porque eu fui acusado de maneira bastante indevida, fui chamado de ladrão e de bandido por estar defendendo o direito do povo de acesso à saúde no Oeste da nossa Bahia, especificamente na cidade de Barreiras, onde a Unacon, que fica ao lado – ao lado! – do Hospital do Oeste, um prédio que está fechada-do! Inclusive, fica o recado para a minha colega que fez uma interpretação ou adotou as fake news da Secretaria de Saúde: o prédio que fica ao lado da Unacon está fechado desde a época em que o Sr. Rui Costa, o ex-governador da Bahia, foi fazer um circo para uma inauguração fake e, no dia seguinte, a estrutura foi fechada e nunca funcionou.

Estive lá por 3 horas conversando com a administração do referido hospital para que eles abrissem a estrutura, que fica ao lado do Hospital do Oeste, para que eu pudesse fiscalizar – a não ser que a Casa queira abrir mão da sua prerrogativa de fiscalizar o Executivo, o que eu não acredito que isso venha a acontecer. Estive lá por 3 horas, embaixo do sol, porque, inclusive, a administradora não quis me receber na sala dela. Apesar do apoio da Polícia Militar que eu solicitei, ao fim de 3 horas, me foi negado o acesso.

Claro, defendendo a minha prerrogativa, saí do hospital e fui até esse prédio que fica na lateral – a Unacon – e pulei o muro. Pulei e pularia 1 milhão de vezes se fosse necessário para provar que o governo do estado, que o PT continua enganando

o povo. Estou falando de um tratamento de radioterapia que deveria estar ocorrendo ali desde 2022 para atender as pessoas que sofrem com câncer. Mas parece que esse governo não tem pena e até brinca com o sentimento de pessoas que estão lutando pela vida, lutando contra o câncer. Ao adentrar, tendo de pular o muro, eu constatei, mais uma vez, que, de fato, essa estrutura, esse equipamento não está funcionando desde 2022, apesar da inauguração fake de Rui Costa.

A Secretaria de Saúde emitiu uma nota fake, mentirosa, me acusando de ter invadido o hospital e de não ter seguido as regras no que diz respeito à segurança do ambiente. Mentirosos! Mentirosos! Parece que alguns, inclusive, adotaram essas fake news para me atacar. Mas não tenho medo, não tem problema nenhum, podem atacar, podem falar o que quiserem. Inclusive, o jornalista, cujo nome eu não vou citar para não dar essa ousadia, é quem responde ou já respondeu por organização criminosa, ao que consta na busca do seu histórico. É só pesquisar. Mas ele me chamou de bandido e de ladrão porque eu pulei o muro desse equipamento para mostrar a verdade ao povo.

Nessa viagem ao Oeste da Bahia, passei por diversas cidades e constatei outras irregularidades, como um hospital fechado em Santa Maria da Vitória, o qual também é de responsabilidade do governo, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) escolas que já deveriam ter sido inauguradas há 1 ano, 1 ano e meio, 2 anos, mas que estão fechadas, caindo aos pedaços, e é de responsabilidade do governo do estado. Eu, como parlamentar, seguirei viajando por essa Bahia inteira, pois é o meu papel também, para mostrar os descasos, o abandono e o desperdício do dinheiro dito público, mas é o dinheiro dos pagadores de impostos que tem ido para o ralo. Critiquem se quiserem, mas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) seguirei defendendo aquilo que é de interesse do povo. Incomode-se quem quiser, falem o que quiserem, acusem-me do que quiserem, mas eu não vou parar e não vão me calar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos aqui, imprensa, povo baiano que nos acompanha.

Presidente, quero registrar a presença na Casa, hoje, de uma jovem liderança lá da cidade de Itatim, uma grande liderança que vem se destacando por sua forma de fazer política, agregadora e visionária acima de tudo, que é o nosso amigo Érico, que está aqui, seja muito bem-vindo.

Érico é pré-candidato a vereador, eu não tenho dúvidas de que, nesse pleito que se aproxima, ele vai ter sucesso, é um cara que já vem trabalhando, não é de

hoje, pela sua terra, tem histórico, tem serviços prestados, e é por isso que ele tem o nosso total apoio. Seja bem-vindo, meu amigo irmão, volte sempre a esta Casa.

Presidente, venho chamar a atenção hoje para aquilo que todos nós já sabemos, que é a situação caótica da saúde da Bahia, que eu não digo nem que está na UTI, ela já está putrefata, já está enterrada porque, desde quando esse grupo que está aí assumiu o poder no nosso estado, é caos atrás de caos.

Temos hoje a saúde como a terceira pior, falando em valores numéricos, em investimento no Brasil. Investem-se R\$ 2,13 por cidadão na Bahia no que tange à saúde. Que vergonha! No ano, o gasto é de pouco mais de R\$ 760.

O sistema de Regulação do nosso estado, que poderia ser chamado de “sistema da fila da morte”, é um descaso total, é o maior retrato do abandono, do desdém desse governo para com um dos principais setores do tripé das políticas públicas.

E mais, a situação, presidente, é alarmante em diversos municípios. A título de exemplo, só nas UPAs de Salvador, de acordo com os dados, existe uma média de 300 pacientes aguardando regulação hospitalar só neste ano.

Em Feira, neste momento, já foram registradas mais de 100 mortes de pacientes que aguardavam nessa “fila da morte”, são dados do próprio G1, para não dizer que são fake news.

Nesse sentido, presidente, o governo precisa olhar com carinho algumas necessidades básicas e urgentes, como, por exemplo, primeiro ponto, padronizar protocolos, estabelecer protocolos claros e padronizados para priorizar pacientes com critérios médicos, não essa salada de fruta, essa promiscuidade que está ocorrendo.

Segundo ponto, monitoramento em tempo real. É preciso implementar um sistema de monitoramento em tempo real para acompanhar e distribuir as demandas de forma enérgica, não esse lixo que acontece atualmente.

Outro ponto. É preciso haver uma avaliação do fluxo de pacientes, realizar estudo desse fluxo para identificar gargalos, por exemplo, por especialidade com deficiência, implementar melhorias estratégicas, o que não existe.

Também o treinamento de equipes, que está ao deus-dará, não existe esse olhar para com os profissionais da área da Medicina, da saúde pública do nosso estado. E ampliar os investimentos na atenção primária para, sim, fazer uma prevenção de qualidade.

Além disso, descentralizar a Central de Regulação, porque fica a pergunta: por que é somente na capital? Que gestão medíocre é essa? Um estado tão grande, e se concentrar a Regulação aqui. Por que será, hein? Por que mesmo?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Outro ponto, e eu vou concluir, elaborar estratégia urgente para abertura de leitos que estão fechados, leitos obstétricos e pediátricos, principalmente de UTI neonatal. O cidadão que nasce hoje na Bahia, no que depender da saúde pública, e eu vou concluir, presidente, nasce num verdadeiro açougue, essa é a realidade.

Criação de uma equipe que acompanhe o giro de leitos dos hospitais para...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) preservar de maneira humanitária o tempo de permanência. Hoje o que existe é uma vergonha, o cidadão faz a cirurgia e, no outro dia, é mandado para casa sem nenhum acompanhamento. Esse é o açougue do governo de Jerônimo, do PT, que está desgraçando a Bahia.

É preciso que haja hospitais de crônicos para evitar ocupações de leitos que girar com pacientes de longa permanência. E, por fim, ampliar o número de equipes de atendimento domiciliar. E, para o povo de Lauro de Freitas, a reabertura do Hospital Metropolitano naquela cidade que é governada por esse mesmo lixo que governa o estado.

Então, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Concluindo.

(...) Essa é a saúde do PT, de Jerônimo e de Lula. Porque, desde quando essa linha assumiu o governo aqui na Bahia, há 20 anos, é caos atrás de caos, desgraça atrás de desgraça, é oprimindo o povo pobre sobre os quais eles sempre fizeram discurso de que priorizavam, mas, na verdade, o usam como escada para marketing político, o usam como adágio para enfeitar peça publicitária de propaganda.

Não é à toa que se investe mais em propaganda, proporcionalmente falando, do que em saúde, segurança e educação nesta terra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Gostaria de saudar a presença dos estudantes de Direito da Unifacs, sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia. (Palmas)

Infelizmente, hoje, como não vai haver votação, os deputados estão ou nos seus gabinetes, ou em outras secretarias, há poucos deputados aqui no Plenário. Então vocês não tiveram a oportunidade, pelo menos no dia de hoje, de assistir à Casa cheia, com discursos, cada um defendendo o que acredita.

Essa é a beleza da democracia. Aqui, com respeito, cada um pertence a um partido, ou a outros partidos, e cada um que foi eleito em diversas regiões dessa grande Bahia pode falar, claro, dentro do respeito, o que quiser, como nós ouvimos o deputado Leandro se pronunciar.

Então, sejam bem-vindos a esta Casa por onde passam todos os projetos que impactam os 15 milhões de baianos.

Nós acabamos de ouvir aqui o deputado Diego criticar o governo, e, claro, eu, como presidente, não posso me pronunciar, mas, como hoje a sessão está tranquila, não teremos votação, é natural... O deputado Diego se pronunciou e tem todo o direito, até porque foi eleito para isso, para colocar suas ideias. Eu, por outro lado, já discordo completamente.

A questão da saúde pública aqui na Bahia... Primeiro, deputado Ricardo, deputado Raimundinho, estudantes de Direito, o Brasil é o único país do mundo

com uma população com mais de 200 milhões de pessoas que tem o Sistema Único de Saúde para todos. O único do mundo. Nos Estados Unidos, a maior potência do mundo, não existe, a maior parte da população não tem assistência médica nenhuma, para começar falando da pátria do capitalismo, o país mais rico do mundo.

Então, vejam, quando o deputado Diego critica... Se você olhar o passado, não estou aqui defendendo, não estou fazendo papel de líder do Governo, mas olhe quantos hospitais tinha em Salvador há poucos anos. Foram construídos, deputado Ricardo, deputado Raimundinho, 26 hospitais, 27 policlínicas.

Há pouco tempo, as pessoas dos 417 municípios da Bahia, a 1 mil quilômetros, a 500 quilômetros, a 800 quilômetros nessa imensa Bahia, a maior parte da população não tinha condições de fazer uma tomografia, uma ressonância magnética, uma colonoscopia. E hoje isso é feito junto ao município, a 10, 20 minutos, com o carro que pega na porta, com horário marcado, com aparelhos de última geração, o que foi feito pelos últimos governos, pelo governo Rui Costa.

Não estou aqui defendendo governo “a” ou governo “b”, estou sendo justo. Nós aqui temos um novo HGE; um novo Roberto Santos; Hospital da Mulher; Hospital do Subúrbio; prêmio nacional em hospital público; o novo Clériston Andrade, em Feira de Santana; Hospital de Seabra; Hospital de Juazeiro; Hospital Metropolitano, um dos maiores do Brasil; o maior hospital ortopédico do Brasil, no Cabula, inaugurado há pouco tempo, administrado pelo Einstein, que é referência na América Latina em saúde.

Agora, o que a gente tem de ver, para ser justo, é que a Bahia tem mais de 15,5 milhões de habitantes. Desses 15,5 milhões, no máximo, isso são estudos estatísticos, 1,5 milhão tem algum plano de saúde e pode pagar, é muito menor a proporção, 1% ou 0,5% tem algum plano e pode pagar por um tratamento médico que eles não sabem o valor. Ao todo, 14 milhões de baianos, deputado Arimateia, deputado Jurailton, deputado Hilton, dependem da Regulação, eu considero um milagre.

Eu estava num camarote em Salvador, no último Carnaval, e ali a gente via aquele mar de gente, 2 milhões de pessoas na rua, eu até comentei: “Poxa, vamos tirar os turistas, quantos baianos tem aí, 1 milhão, 1,5 milhão?” Imagine se essas pessoas precisarem, se tiverem um aneurisma cerebral, e ter UTI; se tiverem um acidente de moto, que é uma guerra, são centenas de acidentados semanalmente, e ter UTI; problema cardíaco, e ter UTI na mesma hora. Então, eu considero um milagre. Precisamos aperfeiçoar? O governo, cada vez mais, tenta aperfeiçoar.

E a Central de Regulação, deputado Diego, não precisa sair de Salvador, não. Põe no computador, e você poderá regular da China. Concordam?...

Então, hoje, com a tecnologia, independe de a Central de Regulação estar em Salvador, porque os problemas estão na tela.

Então, para complementar, a minha discórdia, e é natural, em relação ao pronunciamento do deputado Diego é que é um milagre ainda, para 14 milhões de habitantes, eles terem tratamento médico. Às vezes, claro, demora 2 dias, demora 3 dias, pode demorar mais, porque a Central de Regulação... e o deputado Alan, que

acaba de chegar, é da área médica e sabe, líder da Bancada da Oposição, que na Regulação, deputado Arimateia, você está vendo na tela a vaga que vai surgindo no hospital específico para aquele tratamento. É hospital cardíaco? É o Ana Nery. Hospital de coluna? É o Manoel Victorino. Infelizmente, às vezes, você não pode tirar um para morrer para tentar salvar outra vida.

Então, fiz esse pronunciamento em razão da tranquilidade que está aqui, na Casa, e para que os estudantes, futuros bacharéis, defensores do Direito neste país tão complicado, tivessem um pouco de noção sobre o funcionamento desta Casa. Mais uma vez, bem-vindos e sucesso na caminhada de todos vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Ricardo.

O Sr. RICARDO RODRIGUES: Sr. Presidente, meus caros deputados, deputadas.

Nesta tarde de hoje, eu vim aqui para dizer que no final de semana nós estivemos na região de Irecê para a realização da 23ª Expoagri, que, eu acredito, já entrou para o calendário do estado. Uma das exposições, hoje, meu amigo Alan, de referência em todo o estado.

E eu me senti prestigiado ao receber o nosso governador Jerônimo Rodrigues e secretários estaduais: o nosso secretário da Agricultura, Tum; o secretário do Meio Ambiente, Eduardo Sodré; o secretário de Desenvolvimento Rural, Osni Cardoso; e o secretário de Relações Institucionais, Jonival Lucas.

E lá nós realizamos, meu amigo Raimundinho, a sessão itinerante da Comissão de Agricultura e da Comissão de Infraestrutura. Nós estivemos lá no ano passado e foram levantadas todas as demandas voltadas para a agricultura. Voltamos 1 ano depois para prestar contas do nosso mandato. Eu quero parabenizar o nosso presidente Manuel Rocha, da Comissão de Agricultura, e parabenizar o meu amigo deputado Eduardo Salles, da Comissão de Infraestrutura.

Nós contamos no evento com as presenças de 12 colegas deputados, aos quais eu quero agradecer pelas presenças. Eu me senti honrado com as presenças de todos eles. Vou nominar aqui os deputados: o deputado Manuel Rocha, presidente da comissão; deputado Pedro Tavares, vice-presidente; meu colega deputado Luciano Araújo; meu colega deputado Raimundinho da JR, esse que é meu amigo, uma referência; meu amigo deputado Jordavio; deputado Tiago Correia; deputado Penalva; deputado Eduardo Salles; deputada Fabíola Mansur.

Então, para mim, foi uma alegria muito grande contar com as presenças de todos esses deputados lá na 23ª Expoagri. Eu quero parabenizar o presidente da Aprir, Dr. Alan, meu amigo Renatinho e toda a diretoria. Foi um evento muito grande. Com certeza, a Expoagri de Irecê entrou para o calendário das grandes festas da Bahia.

Eu, como deputado estadual, 1 ano de mandato, agricultor, irrigante, me senti realizado porque todas as conquistas daquela região, que se arrastaram ao longo de 14 anos. Com apenas 1 ano de mandato e com a atuação dessas duas comissões, a quem quero agradecer, todas aquelas demandas se tornaram realidade. Uma mais importante do que a outra, a reabertura do escritório do Inema. Uma região que tem

o maior projeto de irrigação da América Latina, o Baixio de Irecê, não tinha um escritório do Inema para autorizar a irrigação dos pequenos, médios e grandes produtores.

Lá na região o projeto de outorga vai ser um projeto piloto para toda a Bahia.

A dupla tarifa, que estava acabando no final do ano de 2023... essa Comissão de Agricultura, que é tão atuante, esteve em Brasília, na Aneel, e nós conseguimos prorrogar o benefício da dupla tarifa por mais 3 anos. O irrigante vai ter o benefício, o desconto entre 72% e 90%, para viabilizar a sua pequena irrigação.

A Portaria Ingá. Em 2009, houve um fenômeno, rachaduras no solo e nas casas de Lapão, minha cidade, e o Ingá baixou uma portaria, presidente, suspendendo toda a irrigação na Sub-bacia do Riacho do Juá, que corresponde a 16 mil hectares. Mais de 3 mil irrigantes ficaram por 14 anos irrigando de forma irregular. Depois de muito estudo, de muitos debates, essa portaria foi revogada, ficando a restrição exclusivamente na área urbana de Lapão, e liberando toda a área para irrigação.

Foram conquistas pelas quais eu, como irrigante, como deputado, me sinto realizado.

Quero também, presidente, agradecer ao nosso governador, que esteve na sexta-feira em Irecê, na Expoagri.

Domingo, pela manhã, estive na cidade de Bonito. Foi uma grande festa. Eu quero parabenizar o prefeito de Bonito, Reinan, e toda a sua equipe, e o nosso pré-candidato, Edinho. Foi uma festa bonita. Eu quero parabenizar todo o povo de Bonito.

À tarde, estivemos na cidade de Mulungu do Morro com o nosso governador. Quero parabenizar o nosso prefeito e o nosso ex-prefeito, Fredson. Foi uma festa bonita. Eu sou daquele político que sou do time do senador Otto Alencar: nada resiste ao trabalho. O governador autorizou lá estrada, água, escola.

Então, eu quero parabenizar e agradecer ao governador Jerônimo Rodrigues. Eu me sinto feliz por fazer parte desse time do nosso governador.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, todos nas galerias, ontem eu estive aqui, nesta tribuna, e falei do PLC nº 154/2023. Esse PLC, que é da Defensoria Pública, chegou a esta Casa no ano passado. No ano passado, estava em pauta e foi retirado de pauta porque o governo pediu, para fazer alguns ajustes.

Aqui eu trouxe – ontem eu falei que iria ler – os 10 motivos para a aprovação desse projeto, mesmo com poucos deputados no Plenário. Mas eu sei que a TV ALBA está chegando não só à Bahia, mas ao Brasil. A assessoria do governo deve estar presente.

(Lê) “1- A Defensoria Pública é a instituição constitucionalmente prevista para garantir o acesso integral à justiça de cerca de 90% dos brasileiros, segundo dados do IBGE...”, não são dados do deputado Arimateia.

“(...) 2 - A Bahia é o terceiro estado mais carente do Brasil em termos de renda, com uma população de 14.985.294 habitantes em 2024, de acordo com o IBGE. Deste número, 90% têm renda inferior a 5 salários-mínimos, caracterizando o perfil dos usuários da Defensoria Pública da Bahia.

3 - A Emenda Constitucional 80/2014 trouxe importantes mudanças para a Defensoria Pública, conferindo-lhe um novo status constitucional. Além de garantir o acesso à justiça de forma universal, a emenda assegura a presença de Defensores Públicos em todas as unidades judiciárias. A Defensoria agora possui uma seção exclusiva no rol das funções essenciais à justiça, separada da advocacia, e tem sua missão e conceito amplamente explicados. A emenda também estabelece princípios institucionais fundamentais, como unidade, indivisibilidade e independência funcional. Ademais, amplia parte do regramento jurídico do Poder Judiciário para a Defensoria Pública, garantindo tratamento equânime entre Magistrados e Defensores Públicos.

4 - O Estado da Bahia está em mora com a Defensoria Pública e a carreira de Defensor Público ao retirar, sem justificativa plausível, o PLC 154/2023 da pauta de votação da ALBA em dezembro de 2023. Isso prejudica a autora do Projeto, a Defensoria Pública da Bahia e toda a carreira defensorial;

5 - No ranking das Defensorias Públicas estaduais no Brasil, a Defensoria Pública da Bahia está entre as mais desvalorizadas;

6 - O Tribunal de Justiça da Bahia, por unanimidade, reconheceu a autonomia da DPE-BA nos autos do MS 0027038.50.2015.0.05.000 e rechaçou veementemente qualquer tentativa do Estado da Bahia de não a reconhecer. Ficou demonstrado ser incontroversa a autonomia orçamentária, financeira e de iniciativa para propor lei que fixe os subsídios de seus membros, nos termos da Constituição Federal;

7 - O PLC nº 154/2023 visa organizar a Defensoria Pública de maneira uniforme, prescrevendo normas gerais e conferindo meios para que a instituição cumpra a sua missão constitucional, bem como implanta a valorização da carreira de Defensor Público, nos termos do art. 93 da Constituição Federal;

8 - O PLC 154/2023 trata apenas de regulamentar o texto da Constituição Federal, conforme disposto no art. 134, 93, inciso II do art. 96 e 98 da Constituição Federal;

9 - Defensor Público é um agente político do Estado, com carreira típica e atribuições vinculadas exclusivamente ao Estado. O Estado Defensor contribui para a democratização do acesso à justiça e a promoção da cidadania;

10 - A Defensoria Pública assegura os direitos à saúde e à liberdade dos grupos vulneráveis, tais como crianças, adolescentes, autistas, pessoas com deficiência, pessoa idosa, população em situação de rua e consumidores, bem como atua no Júri, Curadoria, Família, Regulação Fundiária, Direitos Humanos, Fazenda Pública, Indígenas e Quilombolas.

Defensoras e defensores públicos da Bahia lutam pela garantia dos seus direitos constitucionais.”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr. Presidente, eu faço um apelo aos Srs. Deputados, a fim de pautar este projeto para a votação, até porque esta Casa já deu muito dinheiro ao governo do estado. Do ano passado para cá, foram mais de 6 bilhões, aprovados por esta Casa, para o governo do estado.

Então, como se pode deixar a Defensoria Pública de lado?

A Defensoria Pública precisa ser respeitada, porque o povo carente e o povo da Bahia precisam de atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

Questão de ordem do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu peço questão de ordem para fazer uma observação sobre este tema. Todos, nesta Casa, têm observado que nós estamos, deputado Arimateia, ocupando esta tribuna, inclusive, estamos sendo chamados, pelas defensoras e pelos defensores públicos, de “o deputado da plaquinha”. (Risos) Digo isso porque nós colocamos a placa aqui: “Onde está o PLC nº 154/2023?”, deputado Alan, justamente a partir dessa leitura que V. Ex.^a, a meu ver, faz de maneira brilhante, não é? O entendimento da importância da Defensoria Pública e do significado do que aconteceu, nesta Casa, com o PLC nº 154.

Hoje pela manhã, deputado Arimateia, a Comissão de Direitos Humanos aprovou, por unanimidade, aprovou uma moção de apoio à retomada desse projeto na pauta para ser votado.

E por que eu peço uma questão de ordem, Sr. Presidente? Porque essa solicitação de retorno do PLC nº 154/2023 à pauta vem, depois, desse trajeto que o deputado Arimateia ressalta na tribuna, depois de um acordo feito, de uma sinalização do governo que nós teríamos a votação.

Por isso, eu tenho certeza de que o presidente da Comissão de Direitos Humanos, que talvez seja a comissão, apesar da Defensoria Pública se relacionar com os mais diversos temas. Mas, claro, a Comissão de Direitos Humanos, de maneira muito privilegiada, dialoga com a questão dos direitos dos mais vulneráveis.

Então, o nosso presidente tem a disposição de participar de uma discussão. O líder do Governo e, agora, o líder da Oposição, o deputado Alan, disseram que têm toda a disposição. Eu achava que o deputado Arimateia deveria estar, Sr. Presidente, nessa discussão com V. Ex.^a... Sr. Presidente, por favor! Sr. Presidente, nessa discussão com V. Ex.^a para a gente encontrar um caminho para o PLC nº 154/2023 retornar à pauta desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton! Deputado Hilton! Deputado Hilton...

O Sr. Hilton Coelho: Eu acho necessário fazer este debate, porque se gerou toda uma expectativa. Eu tenho certeza de que não foi nenhum dos deputados daqui, só para concluir, deputado Alan, porque nós tínhamos um consenso na Casa e todo um clima de que a votação aconteceria. Mas a imagem da Casa está exposta, a meu ver, depois de toda movimentação que prometia colocar o projeto em pauta.

Eu queria solicitar à V. Ex.^a o encontro para debater essa situação, a fim de procurarmos caminhos de fazer com que a votação do PLC voltasse a Plenário, viesse a ser feito e que, de fato, a gente aprovasse a movimentação dessa situação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, V. Ex.^a sabe como é a dinâmica desta Casa.

A minha sugestão... Por este presidente não tem problema nenhum, mas o presidente não tem poder, claro, para votar. O deputado pauta. A minha sugestão é a de que V. Ex.^a discuta com o líder Alan e com o líder Rosemberg, porque, nesta Casa, quando existem acordos, os projetos fluem com muita rapidez. Não tem problema!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, veja bem, eu fiquei esperando aqui. E, antes de o senhor falar, o meu tempo já está contando aqui. Eu já perdi 10 segundos dos meus 5 minutos. Esse relóginho, aí, está retado!

Mas eu queria dizer a V. Ex.^a o seguinte: queria que o deputado Ricardo estivesse aqui para eu poder beber, também, dessa fonte do deputado Ricardo. Quando ele fala que ele é muito feliz, que está alegre com a estrada anunciada, com a água liberada, com tudo liberado, lá, para a região...

E a gente tem um caso de total desprezo, abandono, pois faltam planejamento, infraestrutura e cuidado. O Ceasa está completamente abandonado. O maior centro de abastecimento que nós temos na Bahia está completamente abandonado!

Deputado e presidente Adolfo Menezes, eu sei que V. Ex.^a tem lado. Mas, antes de ter lado, V. Ex.^a é um grande defensor da justiça. Hoje, a situação dos permissionários, dos vendedores, das pessoas que fazem suas compras e vendas, das pessoas que levam as suas mercadorias para casa e se utilizam do Ceasa de diversas formas... Essas têm sofrido demais.

Mas por quê? É o governador Jerônimo!

Eu queria dizer que não era o governador. Mas isso é igual a time de futebol. Você escala. Não é o jogador “a”, “b” ou “c” que ele conseguiu para abraçar. Eu não sou contra quem abraça todos os partidos. Mas que cada um saiba a sua função, pois tem de saber a sua função.

É a Flem, hoje, que está à frente mas não está fazendo, absolutamente, nada com o Ceasa. Abandonou, abandonou! Então, o governador Jerônimo chama a sua equipe ao eixo e diga: “Ô, fulano, por que você não está resolvendo isso?”

Claro, a Bahia é tão grande! Claro, com tantas coisas para que a gente tem que resolver, não é possível que ele tenha de fazer. Mas a responsabilidade é, sim, do nosso governador Jerônimo Rodrigues, pois ele tem de chamar ao eixo e dizer: “Vamos trabalhar! Vamos resolver!” Porque é triste, é triste a situação que o Ceasa passa.

O Ceasa, hoje, sofre com total, um total desleixo. Eu digo que é um governo que tem mostrado que está relaxado. Este é um governo completamente relaxado em várias situações. Eu podia falar da saúde. Eu podia falar da segurança pública. Mas, não! O Ceasa, hoje, sofre e padece.

Eu queria contar com V. Ex.^a, deputado Adolfo Menezes, nesta briga, nesta empreitada. Se a Oposição, se o meu mandato tem de subir à tribuna todos os dias para chamar a atenção do governo até que ele consiga resolver esse problema...Porque eu não peço nada para mim! Eu peço para a Bahia! Eu peço para aquelas pessoas que, há mais de 40 anos, fazem a sua venda, levando a sua sobrevida, sobrevivendo daquilo ali, mas em condições degradantes.

Eu espero, espero, do fundo do coração, que eu possa estar da mesma forma que o deputado Ricardo aqui. Uso o deputado, apenas, como um exemplo, pois, hoje, ele estava muito feliz, falando das conquistas liberadas para a região dele.

E eu peço, aqui, que o governador pare um pouquinho de viajar e vá aqui, na estrada CIA-Aeroporto, para ver, com os olhos dele, como está abandonado o nosso Ceasa. E ele, por querer cuidar das pessoas, dos que mais precisam, eu não tenho dúvida de que isso vai tocar o seu coração.

Porque o meu pai sempre disse: o que os olhos não veem, o coração não sente. Então, governador, faça uma visita ao Ceasa. Faça uma vistoria no Ceasa, pois eu tenho certeza de que, após isso, V. Ex.^a vai resolver este problema.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, hoje, vou me permitir, já que a sessão está tranquila. Claro, o governador é o responsável. Mas eu acho que tem alguma coisa a ver. Claro, não justifica. Me parece que, no governo de Rui, tentaram privatizar. Mas não justifica que, enquanto se for o caso, não estou defendendo que privatiza ou não. Mas, àquela época, eu soube que já existem alguns grupos disputando. E isso foi suspenso. Mas, claro, a responsabilidade é do gestor maior.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Leandro de Jesus: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Leandro.

Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. Leandro de Jesus: Sr. Presidente, obrigado pelo tempo cedido, trata-se realmente de uma situação grave o que acabei de receber aqui e é de interesse desta Casa.

Neste exato momento, na Fazenda São Jorge, na cidade de Itabela, está ocorrendo uma invasão promovida pelo MST. A situação é de extrema gravidade,

porque existem famílias lá. É uma propriedade com famílias que produzem, que trabalham, que plantam e que vivem exatamente dessa propriedade como produtores. Neste exato momento, essas famílias estão cercadas por esses criminosos, vale aqui destacar, e sendo ameaçadas inclusive dentro da sua propriedade.

Então, eu solicito aqui que a nossa polícia, as nossas forças de segurança tomem providências para garantir a segurança dessas famílias que estão lá nessa propriedade. Volto a repetir aqui, Fazenda São Jorge, em Itabela. Elas estão ameaçadas, estão cercadas por esses sujeitos do MST que inclusive estão armados ameaçando essas famílias. Recebi aqui o vídeo. Isso é um absurdo!

Nós não podemos normalizar esse tipo de situação. Somos até a favor da reforma agrária, mas de invasões criminosas como as que estão acontecendo aqui na Bahia, não. Como coordenador do movimento da Frente Parlamentar Mista Invasão Zero, digo que nós temos de tomar providências para que esse tipo de caso não continue acontecendo em nossa Bahia, para que inclusive tragédias sejam evitadas.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Leandro, V. Ex.^a tem inteira razão, tem de se ter respeito. Reforma agrária é necessária, mas com o devido processo legal. Então não se justifica nenhum movimento estar invadindo propriedade particular. Cabe ao governo desapropriar e indenizar os proprietários, se achar que deve. Mas nada de violência, nem de um lado, nem de outro, porque violência não leva a nada, nem a lugar nenhum. Contem com este presidente, porque se de fato isso estiver a ocorrer neste momento, não estou dizendo que não está, é mais uma vez vergonhoso para o nosso estado.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, é perceptível aqui a olhos vistos que não há quórum para que a gente possa continuar a sessão. Então gostaria de solicitar a verificação do quórum para a continuidade ou não desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. V. Ex.^a será atendido.

Claro que não precisa. Visivelmente, não temos número para a continuidade da sessão.

O Sr. Raimundinho da JR (fora do microfone): Eu ia falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está tranquilo, deputado Raimundinho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de encerrar a sessão, o deputado Raimundinho fará uso da palavra. Claro, no Pequeno Expediente.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, nobres colegas, boa tarde, venho mais uma vez a esta tribuna mostrar também a minha satisfação, por ter estado ao lado do meu grande amigo, uma pessoa por quem eu tenho muito apreço nesta Casa, o deputado Ricardo, por quem fui convidado a participar de diversos eventos no município de Irecê, cidade pela qual ele tem um carisma muito grande.

Eu fui testemunha ao ver diversas situações que eu fico olhando assim... uma cidade pequena, mas com tanta projeção, com tanto desenvolvimento. Eu diria ao povo da Bahia: “Se quiser investir, vá a Irecê, porque lá a gente vê um polo de crescimento e de pessoas investindo.”

Eu fico feliz em estar aqui hoje nesta Casa homenageando o meu amigo Ricardo. Fui convidado a participar da 23ª Expoagri, fui muito bem recepcionado lá, eu e diversos colegas. Fizemos a abertura da 23ª Expoagri, onde o governador também anunciou diversos investimentos para aquela região. Quando se tem um gestor em um município que olha e que cuida do seu povo, as coisas acontecem.

Mas eu quero falar agora da minha querida cidade, Dias d’Ávila. Ao invés de aquele povo ficar trazendo as pessoas das cidades vizinhas para serem cuidadas, por que eles não lutam para que possam atender às pessoas lá? Na minha cidade, Dias d’Ávila, nós temos hospital, temos tudo, mas o pessoal, os vereadores daquele município fazem vídeos todos os dias: “Estou levando fulana para fazer uma cirurgia de pequena complexidade.” Eu acho que, em vez de estarem levando pessoas para a cidade vizinha, a gente poderia lutar pelo nosso município.

Eu estive em Irecê, lá tem um parque de exposição. Lá está tendo um investimento muito grande em uma área que o prefeito fez, uma área de reabilitação para pessoas autistas. Um colégio muito lindo foi inaugurado naquele município. E a gente fica assim, olhando... Eu olho para dentro de mim e não vejo perspectiva de crescimento onde eu moro, a gente fica triste, porque eu acho que o prefeito fica só ouvindo picuinha, em vez de se levantar da cadeira e vir buscar recursos com o governo do estado e com o governo federal.

Eu também estou aqui hoje para dizer, Sr. Presidente, que eu vou entrar com uma ação no Ministério Público, porque nós colocamos 73 equipamentos hospitalares naquele município e eles disseram que não receberam. Isso não é admissível. Eu fui hoje à secretaria da Saúde pedir a relação. Está tudo comprovado, está tudo direitinho. Eu vou pedir reforço policial, caso necessário, porque eu já fui três vezes lá e me negaram entrar para olhar os equipamentos que foram de emenda do deputado.

Isso é um absurdo, a gente não pode viver na ditadura. Se eu fiz aquilo por minha cidade de Dias d’Ávila foi com o maior carinho e respeito por aquele povo, e não para fazer politicagem no momento em que a cidade passa por um constrangimento, por uma dificuldade muito grande na área da saúde. A gente vê tudo isso e fica pasmo.

Outra coisa é com respeito à educação da minha cidade. Eu gostaria de chamar a atenção do Ministério Público para isto. Na cidade de Dias d’Ávila eu contei, esses dias, seis ônibus escolares. Por que os ônibus novos ficam encostados e ficam fretando carros velhos para transportarem os alunos para as escolas? Isso é uma falta de respeito. Eu acho que o Ministério Público tem de fiscalizar essa situação. Não é admissível a gente ver equipamentos novos largados lá, se acabando.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A gente vê alunos sem terem uma farda, sem terem uma mochila, sem terem tênis. Isso porque, em vez de economizarem esse dinheiro, pois já existem aqueles equipamentos que seriam para a utilidade dos alunos, não, deixam lá para se acabarem. A gente não vê nenhum tipo de ação contra essa atitude. Eu estou vendo a cidade que eu escolhi para morar, Dias d'Ávila...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) saindo do controle a cada dia mais e nós precisamos ter um olhar especial para isso.

Quero mandar um abraço, também, para o meu amigo Josué Araújo, essa pessoa maravilhosa que está nos assistindo no gabinete do deputado Ricardo e mandar um abraço a todos os diasdavienses. Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cláudia Oliveira, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Ivana Bastos, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Patrick Lopes, Roberto Carlos, Sandro Régis e Zó. (13)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.